

Semana de simulados

PGDF



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado PGDF – Direito Administrativo e LC 840

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGDF;
- 2 – A prova contém **20 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo nosso professor **Herbert Almeida** com base no perfil da banca organizadora **CESPE**, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do **Estratégia Concursos**;
- 5 – Os participantes começarão a responder às questões e preencher o **Gabarito Eletrônico** às **8h30**;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, o nosso professor Herbert Almeida iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ele resolverá todas as questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK –

<http://bit.ly/Simulado-PGDF-21-01>

- 01 – C E
- 02 – C E
- 03 – C E
- 04 – C E
- 05 – C E
- 06 – C E
- 07 – C E
- 08 – C E
- 09 – C E
- 10 – C E
- 11 – C E
- 12 – C E
- 13 – C E
- 14 – C E
- 15 – C E
- 16 – C E
- 17 – C E
- 18 – C E
- 19 – C E
- 20 – C E

DIREITO ADMINISTRATIVO E LC 840

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Distrito Federal, julgue as assertivas seguintes a respeito do provimento em cargo público.

01. Os requisitos para o provimento em cargo público, como o nível de escolaridade para o cargo, devem ser comprovados por ocasião da posse.

02. Somente em situações excepcionais, autorizadas pelo Governador ou pelos presidentes da Câmara Legislativa ou do Tribunal de Contas, conforme cada caso, será possível a realização de provimento com efeitos retroativos.

03. O prazo para entrar em exercício em cargo público é de até cinco dias úteis, contados da posse, mas no caso de função de confiança o exercício será iniciado na data de publicação do ato de designação, exceto se o servidor estiver licenciado ou afastado por qualquer motivo legal.

04. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade é realizado mediante aproveitamento, que poderá ocorrer no mesmo cargo, em cargo resultante da transformação do cargo ocupado anteriormente ou ainda em outro cargo, desde que observada a compatibilidade de atribuições e vencimentos ou subsídio do cargo anteriormente ocupado.

João é servidor público do Distrito Federal e foi deslocado de ofício para outra localidade. Após a publicação do ato de remanejamento, ele apresentou pedido de reconsideração, alegando o descumprimento das disposições constantes na Lei Complementar n.º 840/2011, uma vez que a remoção poderia ser realizada mediante concurso de remoção.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

05. As alegações de João possuem fundamento legal, uma vez que somente seria viável a realização de remoção de ofício quando a situação não comportasse a realização de concurso de remoção.

06. Além da remoção a pedido e de ofício, admite-se a realização de remoção por permuta de servidores do mesmo cargo ou de cargos distintos, mediante autorização prévia das respectivas chefias.

Considerando as disposições sobre os direitos e deveres dos servidores públicos do Distrito Federal, analise as assertivas abaixo, considerando as disposições da Lei Complementar n.º 840/2011 do Distrito Federal.

07. O subsídio é a forma de pagamento realizada em parcela única, sendo vedada a aplicação de vantagens e adicionais, como o adicional de permanência e o adicional noturno.

08. A licença para tratar de interesses particulares não poderá ser concedida ao servidor que estiver respondendo a processo disciplinar.

A respeito do regime disciplinar e do processo disciplinar dos servidores do Distrito Federal, julgue os itens seguintes com base na Lei Complementar n.º 840/2011.

09. Após a declaração de perda do cargo público determinada em decisão judicial transitada em julgado, a autoridade pública deverá instaurar processo disciplinar para que o servidor possa exercer o seu direito de defesa, antes da aplicação da penalidade.

10. A pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na ordem de cinquenta por cento do valor diário da remuneração ou subsídio, por dia de suspensão, ficando o servidor obrigado a cumprir integralmente a jornada de trabalho a que está submetido.

11. A ação disciplinar contra servidor público que exercer atividade privada incompatível com o horário do serviço prescreverá no prazo de dois anos, a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar.

12. A sindicância poderá ser utilizada para impor as penas de advertência e de suspensão até o prazo de noventa dias.

Considerando as disposições sobre licitações públicas, julgue os itens a seguir.

13. A aquisição de bens e serviços comuns poderá ocorrer por meio da modalidade pregão, exceto nas aquisições de grande vulto.

14. A licitação será dispensável nas hipóteses taxativamente definidas em lei, permitindo que a autoridade pública decida se promoverá a licitação ou se realizará a contratação diretamente.

15. O princípio da adjudicação compulsória ao vencedor significa que, após a análise das propostas, o objeto será atribuído ao vencedor, que terá direito subjetivo à contratação, dentro do prazo fixado no instrumento convocatório.

16. O edital de licitação constitui o instrumento convocatório do certame, aplicando-se a todas as modalidades de licitação.

Sobre a gestão dos contratos administrativos, julgue os itens abaixo.

17. A prerrogativa de fiscalizar os contratos administrativos constitui cláusula exorbitante.

18. A administração pública responde solidariamente pela inadimplência das obrigações previdenciárias decorrentes da execução de contratos administrativos.

Com relação à organização administrativa, julgue as assertivas seguintes.

19. A criação de entidade administrativa, mediante descentralização por serviços, envolve a transferência da titularidade e da execução do serviço.

20. Os empregados das empresas públicas não se submetem às disposições constitucionais relativas ao teto constitucional remuneratório quando a entidade for exploradora de atividade econômica.

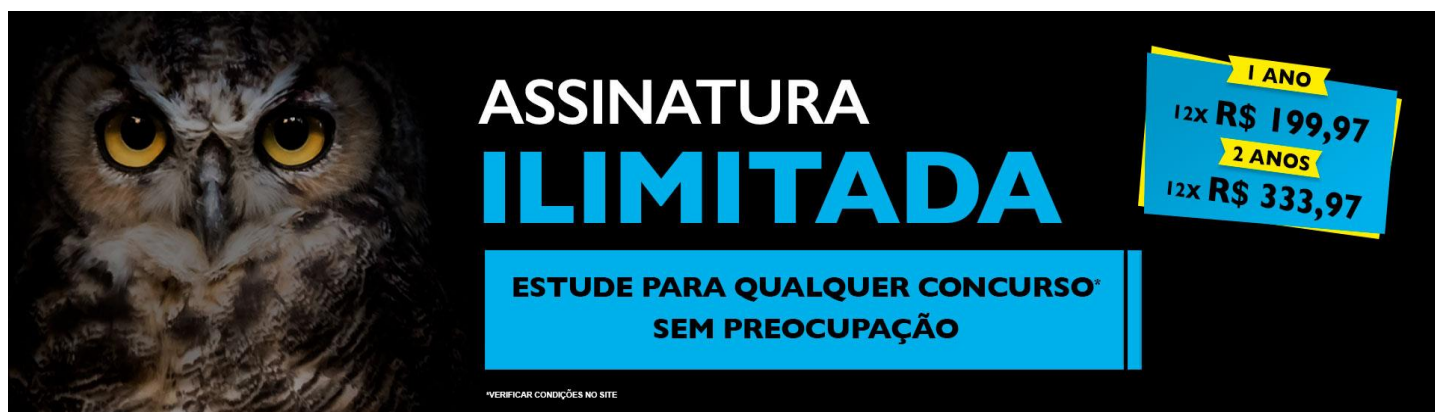
Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGDF-21-01>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Concursos



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE